

A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NO SURGIMENTO DE SOCIEDADES SECRETAS NO SÉCULO XIX NO BRASIL

(THE MASONIC INFLUENCE IN THE START OF SECRET SOCIETIES IN THE 19TH CENTURY IN BRAZIL)

Samuel Vieira da Silva ¹

Adílio Jorge Marques ²

Resumo

O texto relata a influência maçônica em algumas sociedades secretas existentes no século XIX no Brasil. A maçonaria brasileira desde o início foi um centro de atividade política, difusora dos ideais iluministas e anticolonialistas. As sociedades dos Patriarcas Invisíveis e a Cruzada da Liberdade foram associadas a movimentos conspiratórios, como por exemplo, a Revolução Liberal de 1842. Documentos valiosos, o Estatuto da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, e uma carta de Washington nos EUA denunciando a existência no Brasil da Sociedade Cruzada da Liberdade, aqui apresentados, podem servir de ponto de partida a novas pesquisas envolvendo essa fascinante temática.

Palavras-chave: Maçonaria; Sociedades Secretas; História do Brasil.

Abstract

The text reports the Masonic influence in some secret societies existing in the 19th century in Brazil. Brazilian Freemasonry from the beginning was a center of political activity, diffusing of the Enlightenment and anticolonialist ideals. The secret societies: the Invisible Patriarchs and the Freedom Crusade were associated with conspiratorial movements, such as the Liberal Revolution of 1842. Valuable documents, the Statute of the Society of the Invisible Patriarchs and a letter from Washington in the USA denouncing the existence in Brazil of the Crusade of Liberty, presented here, can serve as a starting point for further research involving this fascinating subject.

Keywords: Masonry; Secret Societies; History of Brazil.

¹ Samuel Vieira da Silva é Mestrando do Curso Mestrado em Ensino pela UFF, Pós graduado em Direito Constitucional pela UCAM, Bacharel em Direito pela FASAP. E-mail: samuelyvieiraprofessor@gmail.com

² Adílio Jorge Marques tem Doutorado em História e Espistemologia das Ciências pela UFRJ, Mestrado em Astrofísica Estelar pelo Observatório Nacional e Bacharelado em Física e História pela UERJ. E-mail: adiliojm@yahoo.com.br

1. Introdução

As sociedades secretas nasceram praticamente juntas com a civilização. Constituídas para os mais diversos fins, há relatos históricos de sua existência no antigo Egito, Pérsia, Síria e Babilônia. Sempre envoltas em mistérios e secretismo, foram alvos de teorias conspiratórias, discriminação e repressão. A Maçonaria, embora por muitos anos assim considerada, é tão somente uma sociedade discreta com segredos. Esse fascinante assunto traz consigo uma pergunta: existiu no Brasil do século XIX alguma sociedade secreta? A resposta a essa pergunta é sim; umas conhecidas, outras não. A maioria dessas sociedades, para não dizer todas, foram influenciadas por maçons ou dela faziam parte.

Algumas das sociedades trazidas pelo texto são conhecidas por historiadores e, obviamente mencionadas em livros, especialmente em livros de História do Brasil. Outras nem tanto, como por exemplo, Os Patriarcas Invisíveis e a Cruzada da Liberdade. O artigo traz um achado histórico, o Estatuto dos Patriarcas Invisíveis e uma carta de Washington nos EUA denunciando a existência no Brasil da Cruzada da Liberdade. Tais documentos foram encontrados em pesquisas nos acervos do Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro.

Essas duas sociedades, praticamente desconhecidas pelos historiadores, foram mencionadas por Gustavo Barroso em meados do século XX, no entanto, o autor, por ser considerado fantasioso e polêmico, não foi levado a sério pela historiografia tradicional. Os Patriarcas Invisíveis e a Cruzada da Liberdade foram associadas a movimentos conspiratórios existentes no século XIX no país, como por exemplo, a Revolução Liberal de 1842. O fascínio despertado pelas sociedades secretas aguça nossa imaginação e leva a reflexão. Benjamin Disraeli (1804-1881)³ sabia da existência desse tipo de associação quando preferiu a frase "o mundo é governado por personagens muito diferentes dos que imaginam os indivíduos cujo olhar não penetra os bastidores".

2. Clube da Resistência

Apesar da desconfiança popular nem todas possuem desígnios maléficis. A maioria delas nasce-

³ Benjamin Disraeli - Nasceu em Londres, em 21 de dezembro de 1804; morreu na mesma cidade em 19 de abril de 1881. Foi Primeiro ministro britânico, em 1868 e de 1874 a 1880, foi o principal responsável pela política de defesa das classes trabalhadoras realizada pelo Partido Conservador britânico e pelo desenvolvimento da democracia na Grã-Bretanha.

ram com propósitos bem definidos, como por exemplo, a sociedade secreta chamada Clube da Resistência criada pelo maçom José Joaquim da Rocha no final da década de 1820. O clube era composto basicamente de maçons e militares cujo objetivo era convencer o príncipe regente, D. Pedro I, a ficar no país, descumprindo assim as ordens da corte portuguesa. A sede do clube era na própria residência de seu fundador na Rua da Ajuda nº 64 no Rio de Janeiro. O Texto do Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residência de Sua Alteza Real no Brasil foi redigido pelo maçom Frei Francisco Sampaio no Convento de Santo Antônio, em 29 de dezembro de 1821. O Clube da Resistência concretizou seus objetivos em 09 de janeiro de 1822, episódio conhecido como Dia do Fico (BARATA, 2002, p. 252-253).

3. Apostolado

Na mesma época, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a sociedade secreta denominada Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, também conhecida como Apostolado. Essa sociedade, segundo Morel e Souza (2008), foi fundada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1822, com intuito de defender a integridade do Brasil e lutar por sua independência. O Apostolado, embora secreto, funcionava na sede do Comando de Armas no Rio de Janeiro. Inspirada na sociedade secreta Os Carbonários da Itália, teria como primeiro Grão-Mestre Antônio Carlos de Andrada e Silva. Consta ainda, a participação de Gonçalves Ledo, sem cargo, e do próprio D. Pedro I que recebeu o título de Arconte Rei (MOREL; SOUZA, 2008, p. 117-118).

A Carbonária italiana já era conhecida dos brasileiros, principalmente daqueles que haviam passado pela Universidade de Coimbra. Marques (2012) fala da influência do naturalista italiano, Domingos Vandelli, na vida de José Bonifácio.

Domingos era iniciado na Carbonária italiana e na Maçonaria, e alunos como José Bonifácio de Andrada e Silva, José Álvares Maciel, o Visconde de Barbacena, Alexandre Rodrigues Ferreira, Vicente Coelho de Seabra Silva e Teles, João da Silva Feijó,

entre outros, receberam em maior ou menor grau influências do funcionamento dessas Fraternidades. No total cerca de 430 brasileiros se formaram em Ciências em Coimbra desde as reformas de 1772 apenas até o final do século XVIII, fato este que fornece a dimensão da influência que Domingos Vandelli pode ter tido na expansão das ideias revolucionárias (MARQUES, 2012).

José Bonifácio, primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira e criador do Apostolado foi, de acordo com Marques (2012), influenciado por várias leituras filosóficas, tais como: Leibnitz, Newton, Descartes, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Camões.

A fundação do Apostolado teria ocorrido após o Grande Oriente do Brasil numa manobra audaz de Gonçalves Ledo, na ausência do então Grão-Mestre José Bonifácio, conferir a D. Pedro I o título de Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. Foi então que, segundo Costa (2015), José Bonifácio, entendendo a afronta como um golpe, resolveu fundar a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz (Apostolado), composta de altos funcionários e fazendeiros.

Destacam-se entre eles o conde da Palma, o visconde do Rio Seco, os futuros barões de São Gonçalo, Rio Bonito, o visconde de Cabo frio, o futuro marquês da Praia Grande, Carneiro de Campos, Estevão de Rezende, Clemente Ferreira França, José Egídio de Almeida, Nogueira da Gama, Silveira de Mendonça, mais tarde agraciados com títulos de nobreza, respectivamente marquês de Caravelas, Queluz, Valença, Nazaré, Santo Amaro, Sabará, e ainda o desembargador Veloso de Oliveira e o presidente do Banco do Brasil João Antônio Lisboa (COSTA, 2015, p. 52).

Rizzini (1946) traz algumas curiosidades em relação ao Apostolado, tais como: D. Pedro I possuía a alcunha de Rômulo, José Bonifácio era o Tibiriçá, o intendente de polícia José Inácio da Cunha o Nicêo, o desembargador Francisco da França Miranda o Catão. Embora diferente da Maçonaria, essa sociedade secreta copiou da Ordem dos pedreiros livres a liturgia, os juramentos, as frases, os graus, os toques e os si-

nais, e seus membros usavam por distintivo um laço amarelo. Arconte-Rei era o equivalente ao Grão-Mestre, cargo assumido por D. Pedro I; Consul igual a Vigilante, ocupado por José Bonifácio (RIZZINI, 1946, p. 40). Os membros do Apostolado seguiam os ditames de José Bonifácio. O grupo além do desejo de realizar a independência, almejava frear os liberais e os excessos do povo. O caminho político capaz de manter a ordem, no entendimento do Apostolado, era o Império Constitucional (COSTA, 2015, p.52). Sob o ponto de vista organizacional, o Apostolado era dirigido por doze integrantes e divididos em palestras (BARATA, 2002, p. 277).

O recrutamento de novos membros dava-se a partir da proposição e aprovação do "paisano", expressão utilizada para se referir aos não iniciados, pelos membros da respectiva palestra, sendo que, posteriormente, o nome desse "paisano" era enviado ao Apostolado para aprovação final. Após a aprovação, o "paisano" era iniciado no grau de "recruta" (...) Os membros da Ordem eram divididos em três graus: recruta, escudeiro, cavaleiro (...) (BARATA, 2002, p. 278).

Pode-se dizer que, o Apostolado era praticamente outra obediência Maçônica concorrente ao Grande Oriente do Brasil, "que apesar de ter José Bonifácio como Grão-Mestre, na prática era dirigido por Joaquim Gonçalves Ledo" (BARATA, 2002, p. 278). Em 16 de junho de 1823 as atividades da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz foram encerradas por ordem do imperador e em 17 de julho de 1823 José Bonifácio foi demitido do Ministério (BARATA, 2002, p. 287). Tanto a Maçonaria como o Apostolado foram fechados por ordem de D. Pedro I, no entanto, não se pode negar a influência das duas sociedades secretas no processo político da Independência.

Em 1840, Antônio Carlos de Andrada e Silva resolve criar o chamado Clube da Maioridade. O objetivo do grupo era antecipar a maioridade de D. Pedro II. Apoiados pela imprensa local o movimento tornou-se popular, ganhando as ruas da cidade do Rio de Janeiro. Era veiculada na imprensa a imagem de um Imperador jovem e instruído capaz de colocar em ordem os rumos políticos no país (SOUSA, 2017).

Não houve naquele momento oposição ao movimento defendido pelo clube. Em 23 de julho de

1840, com expressa concordância da Câmara a medida foi aprovada. "Naquele momento, o Segundo Reinado inaugurou uma das mais extensas fases de nossa história política" (SOUSA, 2017). Concomitante a atuação do Clube da Maioridade surgiu a Liga Progressista. Dela saíria o germe do Centro Liberal fundado em 1869 (ROAHNY, 2013, p. 21-22).

4. A Bucha

Das associações até aqui mencionadas, destaca-se a importância da sociedade secreta Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz no episódio da independência do Brasil. No entanto, uma das mais intrigantes e conhecidas é a sociedade secreta denominada Burschenschaft, também conhecida por A Bucha. Almeida Filho (2005) traz a informação de que, a Bucha servia de captação para a Maçonaria. As origens da Bucha assim como sua atual existência são, segundo Almeida Filho (2005), um enorme mistério. Sabe-se apenas que, Júlio Frank, fundador da Bucha, teria chegado ao Brasil em 1831, pouco tempo depois da criação dos cursos jurídicos no país (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 47-48).

A Bucha teria sido idealizada nos moldes das sociedades secretas europeias com o objetivo de aprimoramento moral de seus membros. Seus integrantes eram, em regra, liberais, abolicionistas e republicanos (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 49). Nomes influentes da época como Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Benjamim Constant, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Bernardino de Campos, Américo Braziliense, Washington Luiz, Arthur Bernardes, Castro Alves, e etc., pertenceram a essa sociedade (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 51-57).

Além desses nomes, Almeida Filho (2005), apresentou uma tabela contendo nomes de membros conhecidos e suas ligações entre a Bucha e a Maçonaria, além da informação dos cargos ocupados por cada um. Ao final, faz uma síntese do quadro apresentado.

O quadro em questão apresenta uma predominância de detentores de altos cargos públicos. Nomes de grande importância no cenário político-jurídico dos Sécs. XIX e XX são apontados no presente quadro e a pesquisa os identifica como Maçons e/ou bucheiros. A fim de justificar a hipótese

apresentada, dos nomes em questão, em um total de 113 (cento e treze), pelos menos 50 (cinquenta) estudaram e se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo, estando os demais divididos entre formados pela Faculdade de Direito de Coimbra, de Recife e militares das Escolas Politécnicas e de Engenharia (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 57).

Portanto, a Faculdade de São Paulo era um local adequado para a participação de Maçons e Bucheiros. Almeida Filho (2005) afirma que, a participação mais efetiva da Bucha teria ocorrido no implemento da República no país em 1889.

Maçonaria, Política, Ensino Jurídico e, posteriormente, a inserção do positivismo filosófico de Comte, que também era Maçom, influenciaram toda uma estrutura em nosso país, culminando com a Proclamação da República e, assim, novas influências na política brasileira (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 66).

Até 1889 só havia no Brasil duas faculdades de Direito, e com o mesmo quantitativo de alunos desde 1827. A Bucha então passou a funcionar como partido político, lutando pela República e pelo Abolicionismo. O envolvimento da Bucha no cenário político nacional propiciou uma longevidade que sobreviveu ao seu fundador. "Entre as suas principais atividades, estavam as ações nos bastidores políticos, onde, secretamente, infiltravam seus representantes, geralmente pessoas de relevo" (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 74).

A Bucha e outras organizações paramaçônicas inspiradas nos ideais iluministas foram de grande importância no país em termos de construção política, jurídica e estudantil. A Bucha após sua criação teve forte inserção na política nacional através da Faculdade de Direito de São Paulo. Dentre diversos participantes da Convenção de Itu, que fundou o Clube Republicano em 18 de abril de 1873, destacavam-se Maçons e Bucheiros. A Bucha e a Maçonaria eram focos de positivistas. "Entre bucheiros e positivistas, por exemplo, não é possível estabelecer divergências básicas, como ocorrem em outros posicionamentos ideológicos, assumidos por um ou outros grupos" (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 74-76).

Nos primeiros anos da chamada República Velha era possível notar que, ministros, juizes e até candidatos à presidência do país só seriam indicados ou tomariam posse com aval dos principais líderes da Bucha. A tal filantropia defendida em sua fundação acabou virando troca de favores entre seus integrantes, principalmente para obtenção de cargos públicos (REZZUTTI, 2014).

Rezzutti (2014) lembra que, nos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, diversos bacharéis formados na Faculdade de Direito de São Paulo e Recife, e pertencentes a Bucha, tornaram-se ministros ou presidentes do Brasil.

(...) dos quatorze presidentes da República Velha, oito eram membros da Bucha: Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Venceslau Brás, Artur Bernardes, Washington Luís e Júlio Prestes, que não chegou a ser empossado por conta da Revolução de 1930 (REZZUTTI, 2014).

Após a revolução de 1930, e conseqüentemente com a queda da República Velha, a Bucha entrou em declínio. Rezzutti (2014) traz uma informação curiosa sobre uma investigação feita em São Paulo no início da Era Vargas.

Adhemar de Barros, então interventor do Estado de São Paulo, teria conseguido colocar as mãos em uma lista parcial de membros da Bucha no final da década de 1930 e se apressou a apresentá-la a Getúlio. Segundo o jornalista e político Carlos Lacerda, o presidente leu atentamente a lista e a devolveu para Ademar dizendo: "Não se pode governar o Brasil sem essa gente, o senhor que entre para a Burschenschaft" (REZZUTTI, 2014).

Uma pergunta deve ser feita. A Bucha ainda existe? Rezzutti (2014) tenta responder essa pergunta trazendo a informação de que, Jânio Quadros, teria feito menção a Bucha ao justificar sua renúncia dizendo que, forças ocultas o levaram a tomar tal decisão. De certa forma, segundo o autor, essa pergunta dificilmente será respondida, pois há aqueles que afirmam que ainda existe em nossos dias e outros que discordam. Rezzutti (2014) encerra seu artigo dizendo

que: "Anos mais tarde, na década de 80, Bandecchi, numa conversa comigo e com o historiador Leonardo Arroyo, afirmou categoricamente que a Bucha ainda existia" (REZZUTTI, 2014).

5. Caifazes

Se há dúvida em relação a existência ou não da Bucha em nossos dias, ao menos a sociedade secreta chamada de Caifazes não existe mais, isso porque, segundo Costa (2001), essa sociedade seria um tipo de movimento abolicionista revolucionário da Irmandade Negra de Nossa Senhora dos Remédios, conhecida por Ordem dos Caifazes, atuante na cidade de São Paulo a partir de 1882. O líder desse movimento revolucionário era Antônio Bento de Souza e Castro, de família rica, advogado, promotor e juiz de direito. "Figura carismática, consta que andava sempre com um chapéu de grandes abas e uma capa preta" (COSTA, 2001, p. 123).

Costa (2001) fala que Antônio Bento era um maçom regular, entretanto, se opunha aos pressupostos emancipacionistas adotados pela Ordem. Como cristão fanático, defendia o fim da escravidão para que houvesse uma espécie de redenção da Pátria. Sua obstinação revolucionária era capaz de fatos inusitados para época.

Consta que de certa feita conduziu um negro torturado a uma procissão, "expondo teatralmente os mais implacáveis aspectos da escravidão e identificando, ao mesmo tempo, o destino do homem torturado e os escravos da nação com o martírio de Cristo" (COSTA, 2001, p. 124).

Os Caifazes lutavam contra a campanha emancipacionista dos centros libertadores. Antônio Bento no interior das Lojas Maçônicas combatia a postura da maioria dos maçons do país que adotavam uma emancipação gradual e dentro da lei. Costa (2001) entende que a geração Maçônica contemporânea de Antônio Bento ficou marcada pelo humanismo ao lado do humanitarismo. Essa geração era fruto do movimento denominado Ilustração, "movimento de ideias que criticou a submissão do homem à autoridade, à tradição, à superstição, incentivando o livre

pensamento na direção dos direitos naturais e da felicidade” (COSTA, 2001, p. 125).

Portanto, Costa (2001) afirma que, Ilustração e Maçonaria contribuíram no combate a escravidão.

(...) um crescente número de Maçons percebeu que a escravidão negra simbolizava todas as forças que ameaçavam o verdadeiro destino do homem (...). (...) para expressar um sentimento de compaixão para com o homem, não importando a sua condição social e até mesmo os eventuais desvios morais, dentro de um entendimento universal, independente de credos religiosos e ideologias, utilizamos o termo humanitarismo (COSTA, 2001, p. 125).

A Maçonaria da época adotava uma postura legalista, ao passo que Antônio Bento era tido como extremista, sendo assim, embora pertencente a Ordem, não estava em sintonia com os princípios institucionais apregoados pelos pedreiros livres no país. No entanto, Antônio Bento e os Caifazes devem ser reconhecidos pelo espírito humanitário e afeto para com o próximo (COSTA, 2001, p. 125).

6. Sociedade dos Patriarcas Invisíveis

Sociedades secretas ou não, o Clube da Resistência, o Clube da Maioridade, o Apostolado, a Liga Progressista, a Bucha e os Caifazes, até aqui mencionadas, são citadas em livros de história e, portanto, conhecidas no país, todavia houve no Brasil, duas sociedades secretas praticamente desconhecidas, A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis e a Sociedade Cruzada da Liberdade.

No entanto, para compreender a inspiração ou surgimento dessas duas sociedades secretas no Brasil é necessário explicar resumidamente a influência dos primeiros cientistas da ciência moderna no surgimento da Maçonaria especulativa. A franco-maçonaria teve sua origem ligada as corporações de ofício dos construtores de catedrais, e que a transição da chamada fase operativa para a especulativa, isto é, a Maçonaria como conhecemos atualmente, sofreu influência de alquimistas, filósofos, intelectuais e pensadores medievais que, perseguidos pela Igreja Cató-

lica, encontraram refúgio entre os pedreiros livres (STEVENSON, 2009, p. 23). Esses pensadores medievais estudavam as ciências proibidas da época: alquimia, cabala, numerologia, astronomia e astrologia. Praticavam ensinamentos esotéricos baseados nos antigos conhecimentos egípcios, gregos e babilônicos, portanto, deram suas contribuições para o surgimento da ciência moderna.

Além da participação no surgimento da Maçonaria especulativa (filosófica), esses primeiros cientistas faziam parte de uma instituição conhecida como Colégio Invisível.

A história da Real Sociedade está intimamente entrelaçada com a história da ciência na Inglaterra e Escócia desde o ano de 1660. E pelo mesmo caminho com a história da maçonaria no reinado do século XVII em seu interesse de apoiar as ciências experimentais. Suas origens parecem estar em uma instituição conhecida como Colégio Invisível integrada por filósofos maçons que começaram a se reunir por volta dos anos 1640 para discutir as ideias de Francis Bacon (CARDOSO, 2013).

Robert Boyle (1627-1691)⁴ se associou a outros intelectuais britânicos, fundando a sociedade secreta chamada Colégio Invisível destinada ao avanço da nova ciência experimental. Entretanto, em 1663, após apoio do rei Carlos II, também iniciado na Maçonaria, essa sociedade passou a se chamar Royal Society (Sociedade Real de Ciências da Inglaterra), até hoje uma das mais prestigiadas associações científicas do mundo (FOGAÇA, 2017).

Dentre os fundadores, a maioria composta por maçons, destacam-se: Robert Boyle, Christopher Wren, Juan Wilkins, Sir Robert Moray, e William, Visconde de Brouncker. “De forma idêntica à da Maçonaria, desde o início, os membros da Sociedade escolhem por cooptação seus novos companheiros, porém, no começo, esta escolha não estava muito bem definida e a maioria deles eram cientistas profissionais” (CARDOSO, 2013). Posteriormente nomes como os de: James Anderson (redator da Constituição dos Franco-Maçons, em 1723), Theofilo Desaguliers (filho de James Anderson) e Juan, Duque de Montagu, pas-

⁴ Robert Boyle (Lismore, 25 de janeiro de 1627 — Londres, 31 de dezembro de 1691) foi um filósofo natural, químico e físico irlandês que se destacou pelos seus trabalhos no âmbito da física e da química (FOGAÇA, 2017).

sariam a exercer forte influência tanto na Maçonaria quanto na Real Sociedade (CARSOSO, 2013).

O espírito do Colégio Invisível, notadamente implícito no termo “invisível”, traz consigo muitos significados subentendidos. Por detrás do véu da ciência haviam personagens ligados ao chamado ocultismo da época, tais como: a Alquimia, o Hermetismo, a Maçonaria, a Rosa Cruz e as Sociedades Secretas. Essas associações passariam a ser conhecidas mundialmente, servindo de inspiração ao surgimento de diversas outras no mundo e no Brasil, como por exemplo, a sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis.

A sociedade dos Patriarcas Invisíveis foi mencionada algumas vezes por Gustavo Barroso no período de sua produção literária entre 1922 e 1959. Todavia, segundo Costa (2009), Gustavo Barroso por ter uma postura antissemita e antimaçônica em seus textos colocava em dúvida suas afirmações, principalmente aquelas relacionadas ao secretismo de instituições e acontecimentos históricos por ele narrados (COSTA, 2009, p. 94-97).

Costa (2009) fala da associação da obra de Gustavo Barroso⁵ intitulada História Secreta do Brasil (livro contendo 4 volumes publicados entre 1936 a 1938), com o best-seller antissemita: Os protocolos dos Sábios de Sião. Os argumentos retirados dos Protocolos serviram de inspiração a Gustavo Barroso para atrair os leitores e a juventude militante integralista (COSTA, 2009, p. 17; 119)

Barroso (1937), tenta chamar atenção para a história omitida aos leitores, que somente é descoberta após muito esforço:

Até hoje se têm escrito histórias políticas do Brasil. Empreendo, neste ensaio, a história da ação deletéria e dissolvente dessas forças ocultas. Até hoje se escreveu a história do que se via a olho nu, sem esforço. Esta será a história daquilo que somente se descobre com certos instrumentos de ótica e não pequeno esforço. É a primeira tentativa no gênero e, oxalá possa servir de ensinamento à gente moça, a quem pertence o futuro (BARROSO, 1937, p. 15).

Gustavo Barroso ao descrever fatos ocorridos na história do Brasil desde 1500 buscava ligar os acontecimentos a influências de fatores externos a política, muitos envoltos a sociedades secretas. A sociedade secreta Patriarcas Invisíveis aparece pela primeira vez no texto O iluminismo Bávaro no Brasil de Gustavo Barroso (1948) quando disse, que os Invisíveis eram na verdade a própria Bucha; que a Bucha havia atuado na Cabanagem no Pará e na Revolução Liberal de 1841-1842 em São Paulo e Minas Gerais com o rótulo de Patriarcas Invisíveis (BARROSO, 1948, p. 6).

A imagem a seguir (figura 1) contida na coluna, Segredos e Revelações da História do Brasil, da revista O Cruzeiro⁶ de 02 de outubro de 1954, Gustavo Barroso, através do título A Batalha de Santa Luzia, falou da ação dos Patriarcas Invisíveis na Revolução Liberal de 1841-1842, que teve seu fim na derradeira batalha no Arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas no dia 20 de agosto de 1842. O então, Barão de Caxias, pôs a termo a revolução, dando aos liberais o apelido de luzias. Abaixo o recorte do cabeçalho do texto sobre A Batalha de Santa Luzia, retirada da revista O Cruzeiro.

⁵ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro 3 de dezembro de 1959. Foi advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro. Foi um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira e um dos seus mais destacados ideólogos. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 8 de março de 1923 para a cadeira 19, na sucessão de Dom Silvério Gomes Pimenta, e recebido em 7 de maio de 1923 pelo acadêmico Alberto Faria. Foi diretor-fundador do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1958 (COSTA, 2009, p. 57-79).

⁶ A revista O Cruzeiro de 7 de agosto de 1948 anunciou uma novidade aos seus leitores. Uma nova seção passaria a integrar duas páginas a partir do número seguinte. Dedicada a reportagens sobre o passado, traria o título “Segredos e revelações da História do Brasil” e seria assinada por Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e diretor do Museu Histórico Nacional (MHN). A seção “Segredos e revelações da História do Brasil” foi escrita por Gustavo Barroso entre 14 de agosto de 1948 e 23 de março de 1960 (mesmo após sua morte, em 3 de dezembro de 1959, os artigos que havia deixado prontos continuaram a ser publicados). Esse período coincide com a época áurea da revista. Semanário de circulação nacional – que integrava a rede Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o Chatô. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista “O Cruzeiro” (1948-1960). Estudos Históricos, v. 27, n. 54, p. 345-345, 2014.

Figura 1 – A batalha de Santa Luzia

BARROSO, Gustavo. A Batalha de Santa Luzia. In: Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

No início do texto de Gustavo Barroso sobre o desfecho da Revolução Liberal em Santa Luzia (imagem acima), o autor fala sobre a existência de sociedades secretas com fins políticos. Gustavo Barroso diz trazer em seu favor os testemunhos do historiador Xavier da Veiga e do Dr. J. Dias da Rocha Filho que afirmavam que, no início dos primeiros meses do ano de 1841, na capital do Império, existia uma sociedade secreta denominada Club dos Patriarcas Invisíveis. Sua composição era em formato de juntas compostas por cinco membros, e que cada um desses deveria criar outra seção com igual número de associados, e assim sucessivamente. O formato de aparente autonomia tinha como objetivo esconder uma seção (junta) da outra. Os membros de cada junta só conheciam os chefes parciais das respectivas seções. Essa cautela tinha por fim não comprometer todos os membros em caso de traição. Os depoimentos, segundo Gustavo Barroso, eram contundentes, descreviam até suas ramificações nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

A revista O Cruzeiro trouxe posteriormente o texto de Gustavo Barroso (1948) com o título O Patriarca Invisível de Maranguape. Barroso nas primeiras linhas fala da experiência republicana do período regencial e da antecipação da maioria de D. Pedro II que era vedada pela constituição do Império. Restabelecido o trono, o imperador organizou seu ministério totalmente composto de políticos conservadores, levando os liberais a luta, até mesmo recorrendo as armas. Barroso conta que, Euzébio de Queiroz, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, respondeu através de ofício ao Juiz Municipal da Segunda Vara, relatando a existência de conspirações atribuídas aos tais Patriarcas Invisíveis. No ofício constava nomes de alguns supostos líderes conspiradores, tais como: Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar com o apelido de Rei e do Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos apelidado de Vice-

Rei, ambos à frente da revolta liberal em Sorocaba. Barroso também disse ter tirado tais informações de um raro e precioso livro publicado em Campinas em 1899, a autobiografia de Francisco de Assis de Vieira Bueno, que afirmou ter feito parte da sociedade secreta chamada Patriarcas Invisíveis na cidade do Rio de Janeiro. Barroso também cita como fonte de afirmação da existência dessa sociedade o livro Movimento Político da Província de S. Paulo em 1842, publicado em 1879 pelo autor Pinto Júnior. Essa sociedade secreta era responsável por deflagrar o movimento revolucionário em São Paulo, que só teve fim pela espada do Barão de Caxias.

O título, O Patriarca Invisível de Maranguape, usado por Barroso (1948), conforme imagem abaixo (figura 2), é para fazer referência ao Coronel Sombra, morador da cidade e pertencente a sociedade dos Patriarcas Invisíveis. Consta no texto que, o Coronel Joaquim José de Souza Sombra, mandachuva da cidade de Maranguape, ex-militar, havia se hospedado na casa do senador José Martiniano de Alencar, na capital Rio de Janeiro, onde passou a assistir as reuniões dessa sociedade secreta. Ao término da revolução liberal chegou a ser processado por fazer parte dos Patriarcas Invisíveis e do movimento revolucionário, todavia, escapou milagrosamente da justiça. O Coronel Sombra após ser anistiado voltou para o Ceará. Barroso (1948) enfatiza no texto que, a teia da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis em pouco tempo se estendeu ao país inteiro, chegando até a remota e pouco conhecida cidade de Maranguape, onde havia um deles. Adiante, imagem contento o recorte do título do texto sobre O Patriarca Invisível de Maranguape retirado da revista O Cruzeiro de 1955.

Figura 2 – O Patriarca Invisível de Maranguape

BARROSO, Gustavo. O Patriarca Invisível de Maranguape. In: Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

Barroso (1955) em sua coluna na revista O Cruzeiro, de 31 de dezembro de 1955, traz como título

lo A Sentinela do Serro em alusão ao nome do jornal criado por Teófilo Benedito Otoni em 1830 na vila do Príncipe, que depois passou a ser chamada de Serro do Frio. Consta, segundo Barroso (1955), que esse periódico teve curta duração, não ultrapassando 1833. Barroso fala que, aqueles que conhecem a história secreta do Brasil irão compreender que, a palavra sentinela faz referência a Maçonaria, instituição que Teófilo Otoni fez parte, assim como da Sociedade dos Invisíveis.

Barroso (1958) traz em sua coluna, de 28 de junho de 1958, o título O Clube do Padre Geraldo (imagem abaixo), fazendo novamente menção a existência da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis, o qual reputa ser composta da “fina flor da Maçonaria e os iniciados no Iluminismo da Faculdade de Direito de São Paulo”. Essas informações trazidas por Gustavo Barroso eram provenientes de textos de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Chefe de Polícia da Côrte entre 1834 e 1844, onde narra suas lutas contra o Clube dos Invisíveis. Eusébio de Queirós em suas investigações constatou que, essa Sociedade dos Invisíveis possuía ramificações em diversas províncias do reino.

O texto fala da apreensão em São Paulo dos Estatutos dessa organização secreta em posse de Francisco Alves de Castro Roso, emissário dos conspiradores do Rio de Janeiro. O Estatuto dos Patriarcas Invisíveis, segundo o autor, estariam de acordo com os Iluministas paulistas e o Grande Oriente do Brasil, apelidado de Clube do Padre Geraldo. Abaixo vemos a imagem do recorte do título do artigo sobre O Clube do Padre Geraldo redigido por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (figura 3).

Barroso (1958) fala da denúncia de Eusébio de Queirós da fundação dessa sociedade secreta em dezembro de 1841 no Ceará, afirmando serem antimônárquicos disfarçados, liberais inspirados em Jacobinos e Girondinos. No final do texto Barroso (1958) faz um alerta aos historiadores tradicionais dizendo.

Diante desse documento, dá vontade de rir dos historiadores que descrevem os movimentos liberais de Minas e São Paulo, e outros tantos no Brasil, como brotados de reivindicações ou tendências naturais do povo, esquecendo seus mentores ocultos (BARROSO, 1958).

Figura 3 – O Clube do Padre Geraldo



BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

Na coluna de 04 de outubro de 1958, conforme imagem a seguir, Gustavo Barroso (1958) traz a história da Sociedade Carmelitana de Baependi. Segundo o autor, Baependi era um povoado agrícola que cresceu com a corrida do ouro em Minas Gerais, recebendo o nome de Vila de Santa Maria de Baependi em 1814. Nessa vila quem mandava era uma sociedade secreta fundada na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, comarca de Rio Verde, chamada de Sociedade Carmelitana Defensora da Monarquia Constitucional e Filantrópica. Segundo Barroso (1958), o filantropismo servia de escudo para atividades maçônicas, dentre elas os movimentos de 1830 e 1848.

O texto também informa que, o juiz municipal Aleixo Ferreira Tavares de Carvalho, havia apreendido documentos dessa sociedade e os enviados para Eusébio de Queirós. Essa sociedade de aparência singela possuía outra invisível em seu interior, chamada de A Dieta, composta de um seletos e reduzido grupo de membros. A maioria dos membros, incluindo menores de idade serviam, segundo Barroso (1958), como inocentes úteis. Consta ter tido como um dos líderes o senador José Bento Leite Ferreira de Melo, signatário do projeto da maioridade de D. Pedro II, e também pertencente aos Patriarcas Invisíveis. Apesar da Sociedade Carmelitana ter uma aparente diretoria, com seus nomes conhecidos, a parte oculta A Dieta, que na verdade a dirigia, era tão invisível que os nomes dos integrantes eram completamente desconhecidos.

No final do texto, o autor reitera um aviso dado a historiadores convencionais em relação a atuação de sociedades secretas nos bastidores da história do Brasil. O autor parafraseia Landrieux, chefe da espionagem de Napoleão Bonaparte na Itália, quando diz que “revoluções só se fazem com tropas ou atuações das sociedades secretas. Sem esse fermento os povos não se levantam”. O autor fala que, nem sem-

pre vemos a atuação dessas sociedades secretas, e quando a vemos mal percebemos sua atuação pela forma com que se disfarça. Portanto, segundo Gustavo Barroso, muita gente se recusa em acreditar, principalmente historiadores que, “põe de lado essas parcelas nos seus cálculos e os apresentam mascarados de verdadeiros, embora errados” (BARROSO, 1958).

A sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis, segundo Bueno (2013), teria surgido após abdicação de D. Pedro I, num período marcado por revoltas, revoluções e motins. José Martiniano de Alencar foi apontado como criador dos Invisíveis na cidade do Rio de Janeiro no início de 1840. O objetivo dessa sociedade era sustentar e defender a independência do Brasil e a Constituição (BUENO, 2013).

Bandecchi (1982) ao falar sobre a revolução liberal de 1842 também menciona a existência dos Patriarcas Invisíveis. O texto ressalta que, o período regencial, conhecido por experiência republicana, foi marcado pelo aparecimento de sociedades secretas. Segundo o autor, os liberais dominavam a Câmara dos Deputados, todavia, após a maioria de D. Pedro II em 1840, os conservadores foram prestigiados pelo Imperador e deram início a anulação de conquistas criadas pelos liberais no período regencial. Esse movimento chamado de Regresso, fez com que os liberais, vencidos no Parlamento, tentassem através de movimentos revoltosos combater os conservadores (BANDECCHI, 1982, p. 386).

Bandecchi (1982), traz a informação de que o escritor e biógrafo do Padre Feijó, Otávio Tarquínio de Sousa, não tinha conhecimento da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis ou se tinha, não possuía elementos sobre ela, afirmando apenas a participação de Feijó e Teófilo Otoni num clube criado na Corte que atuou agitando a opinião pública e intimidando o governo através de ameaças violentas. O autor traz a seguinte pergunta: “Que clube seria esse que o consagrado historiador nomeia tão vagamente e lhe empresta atividade tão grande?” (BANDECCHI, 1982, p. 386).

Bandecchi (1982) usa informações de Afonso de Taunay e Aluísio de Almeida para falar da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cuja finalidade era “defender a Independência do Brasil, a Constituição e opor-se às arbitrariedades do governo”. O autor ainda traz nomes de membros dos Invisíveis.

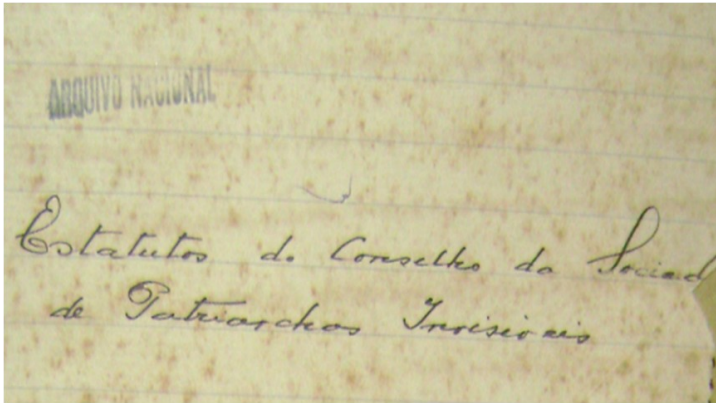
Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, da qual faziam parte Rafael Tobias de Aguiar, Álvaro Machado, Hercules Florence, João Floriano de Toledo, Amaral Gurgel, Padre Valério de Alvarenga, Major Francisco de Castro Canto e Melo (irmão da Marquesa de Santos), Gabriel Rodrigues dos Santos, Feijó, Padre Manuel José França e outros, e a Província de São Paulo se ergueram no famoso movimento de 1842, juntamente com Minas Gerais, está sob o comando de Teófilo Otoni (BANDECCHI, 1982, p. 387).

Bandecchi (1982) encerra o tema falando da vocação constitucionalista de São Paulo durante o período monárquico. “Os três primeiros presidentes civis da República eram paulistas e convictamente democratas”. E como base de ideias políticas a Faculdade de Direito, que foi, segundo Bandecchi (1982), a defensora da abolição e da república. “A Faculdade de Direito de São Paulo, disse alguém com muito realismo, deu alguns presidentes da República e nenhum ditador” (BANDECCHI, 1982, p. 387).

Não cabe a pesquisa atacar ou defender Gustavo Barroso e demais historiadores que, aceitam ou não a existência de sociedades secretas por detrás de diversos movimentos e/ou revoluções no Brasil e no mundo; assim como não cabe também esgotar o tema sobre a existência ou não no passado dessas sociedades, bem como na atualidade. No entanto, ao buscar no Arquivo Nacional documentos relativos a Maçonaria e as Escolas Maçônicas, foi possível encontrar em meio a documentos, esquecidos ou até mesmo desconhecidos, o Estatuto da sociedade Secreta Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis.⁷ Abaixo temos imagens do Estatuto dessa sociedade (figuras 4, 5 e 6). Na primeira imagem vemos um recorte da primeira página do Estatuto.

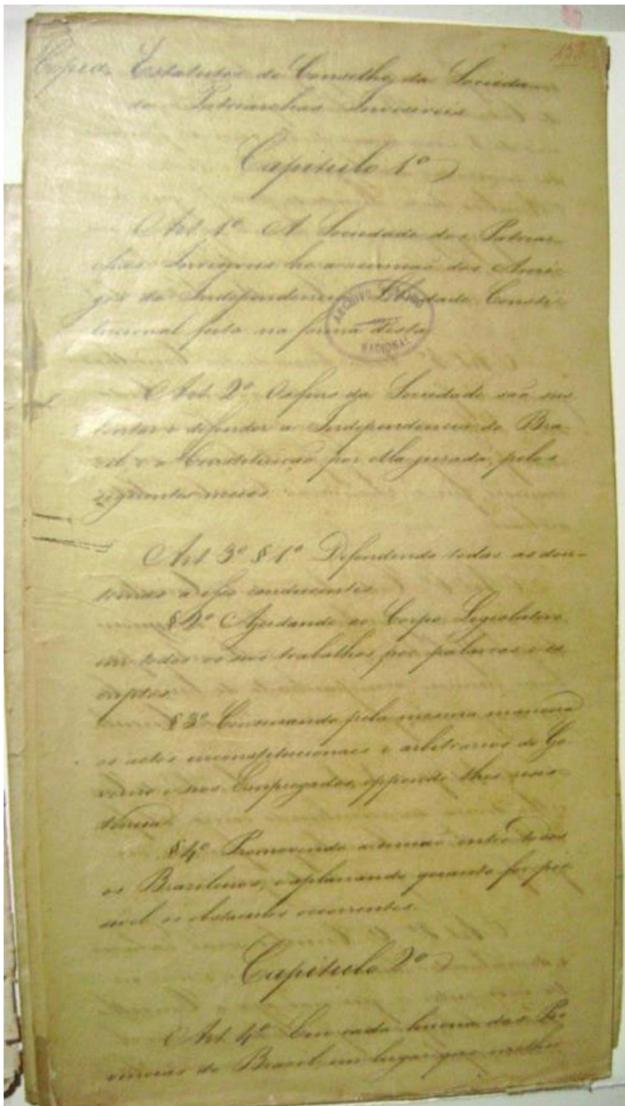
⁷ ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho de Patriarcas Invisíveis - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

Figura 4 – capa do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, Capa - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

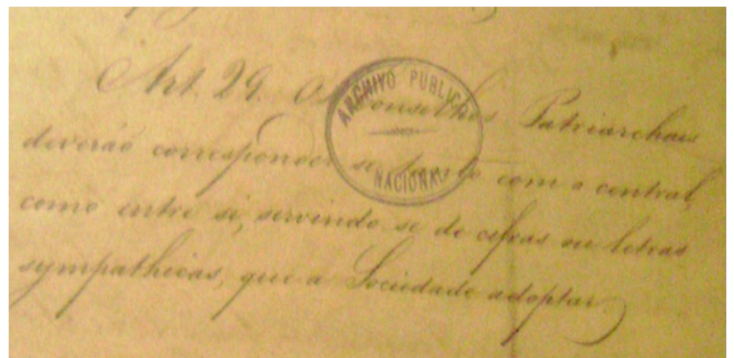
Figura 5 – página 1 do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, p. 01 - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

O Estatuto manuscrito, mas em bom estado de conservação, contém 29 Artigos e 10 páginas, arquivado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, na Coleção: diversos códices SDH; seção de guarda: Codes; código de fundo: NP, códice 807; Volume 2º. A imagem a seguir é da última página do documento onde consta o Artigo 29 do Estatuto da Sociedade dos Invisíveis.

Figura 6 – página 10 do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, p. 10 - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

O Artigo 11 do Estatuto dos Patriarcas Invisíveis previa a proteção aos associados, principalmente relacionadas as demandas políticas. O Artigo 12 obrigava os associados a “guardar escrupulosamente sua promessa, velando atentamente na conduta do governo e de seus empregados, avisar de tudo a seu Conselho ou Círculo, prestar à Sociedade auxílio ou serviço que ela exigir e que estiver ao seu alcance, cumprir sem hesitar o que por ela lhe for ordenado, finalmente conservar na maior guarda o segredo”.

O juramento dos novos integrantes constava do texto:

Juro e prometo, perante Deus e todos os Patriarcas Invisíveis, sustentar e defender debaixo deste novo laço social a Independência do Brasil e a Constituição que tens jurado e quer (ele), cumprindo as obrigações que para esse fim me são impostas e que desde já livremente aceito. E outros-

sim, prometo guardar da mesma sorte, como inviolável segredo, tanto a existência desta sociedade como quanto por parte dela me for comunicado: assim Deus me ajude (BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958).

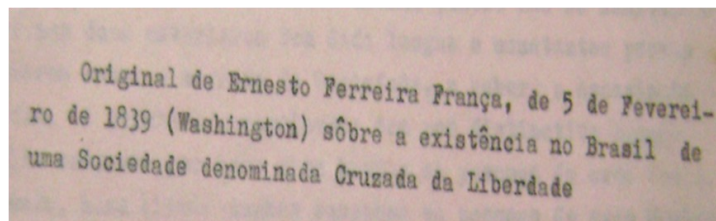
Ao que parece, a primeira parte do juramento referindo-se à independência e a constituição servia apenas de capa e disfarce para o restante, que implicava em grave segredo da verdadeira organização e seus fins associativos.

O Artigo 29, conforme imagem anterior, declarava: “Os Conselhos Patriarcais deverão compreender-se tanto com o central como entre si, servindo-se de cifras ou letras simpáticas que a Sociedade adotar”. Diante desse documento raro e praticamente desconhecido é possível inferir que, em relação aos movimentos revolucionários, como por exemplo, a revolução Liberal em São Paulo e Minas Gerais na década de 1840, foi fomentado por essa sociedade secreta, ainda que parcela razoável de historiadores acredita ter ocorrida por mero descontentamento popular, não levando em consideração a atuação oculta de mentores.

7. Cruzada da Liberdade

Percebe-se que, o período regencial e os primeiros anos do segundo reinado no país foram marcados por revoltas e fundações de clubes e sociedades secretas. A existência desses clubes e sociedades secretas aguça a curiosidade do pesquisador a ponto de propiciar o encontro de outra, denominada Sociedade Cruzada da Liberdade. O Arquivo Nacional possui uma carta manuscrita, redigida por Ernesto Ferreira França em Washington nos EUA, datada do dia 05 de fevereiro de 1839, e endereçada ao governo imperial, relatando a existência no Brasil de uma sociedade secreta chamada Cruzada da Liberdade. A imagem a seguir (figura 10) traz um recorte do texto decifrado e datilografado pelo Arquivo Nacional sobre essa Sociedade.

Figura 7 – capa do documento que contém a carta de Ernesto Ferreira França

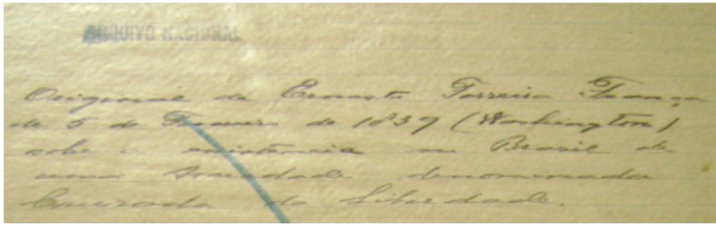


ARQUIVO NACIONAL. Sociedade Cruzada da Liberdade - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2, livro 2, p. 146 a 150.

No texto do documento (conforme imagem anterior) consta a informação de que essa sociedade teria a proteção da Maçonaria, agindo sob seus princípios e normas. Logo nas primeiras linhas da carta encontramos a afirmativa: “Ela tem por fim o estabelecimento da democracia universal e a destruição de todas as famílias reinantes, e seus diversos ramos, tanto no Brasil, como nos outros países”.

Ernesto Ferreira França descreve na carta a estruturação da sociedade. Segundo o denunciante é composta de três classes: a primeira dos Candidatos da Liberdade, a segunda dos Soldados da Esperança Popular e a terceira dos Cavaleiros do Punhal do Braço. Nessa última só são admitidos aqueles que deram mostras de longas e constantes provas nas classes anteriores, de manter segredo da sociedade e dos assassinatos de Reis. No texto também é descrita as insígnias e distintivos de cada uma das classes. Consta ainda na carta frases de reconhecimento. Na primeira classe o reconhecimento se daria pela pergunta e resposta: “Que vos traz aqui? O desejo de ser livre”. Para a segunda classe era: “Qual é o vosso desejo? Realizar as esperanças do povo”. E para a terceira classe: “Por onde vos daes a conhecer? Pelo sangue de Cesar”. A denúncia traz também os nomes das três pessoas mais influentes, local de fundação e ramificações: Feijó (Grão-Mestre da Ordem), Manuel de Carvalho e Holanda Cavalcante; fundada no Rio de Janeiro e com filiações em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A imagem abaixo, conforme figura 8, traz um recorte do cabeçalho do original da carta manuscrita por Ernesto Ferreira França.

Figura 8 – recorte do texto original da carta de Ernesto Ferreira França

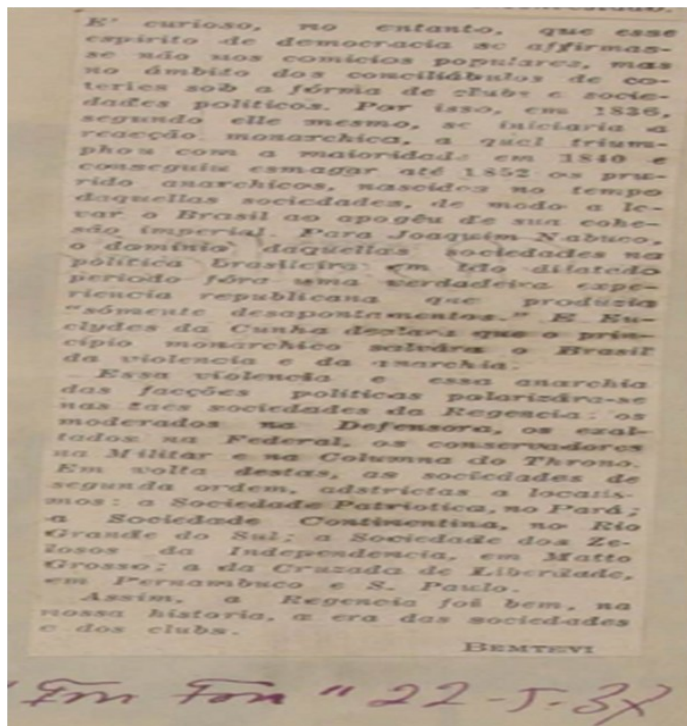


ARQUIVO NACIONAL. Sociedade Cruzada da Liberdade - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2, livro 2, p. 146 a 150.

Hemeroteca Gustavo Barroso-25 - 1937 1º Semestre a 1939 1º Semestre.

Essa sociedade existente na França e na Europa, segundo Ernesto Ferreira França, só poderia entrar em funcionamento após ter ramificações (estar estabelecida) em todo o território brasileiro. No texto da carta há também informações sobre punições previstas. Em caso de traição a punição é a morte do traídor. Ernesto França, ao final da carta denúncia ao Império Brasileiro afirma ter redigido o documento em três vias. Uma delas é essa (recortes acima) em posse do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Ainda foi possível encontrar na Hemeroteca Gustavo Barroso um pequeno recorte de um texto datado de 1937, com a alcunha de Bemtevi fazendo vaga menção a sociedade secreta Cruzada da Liberdade.

Figura 9 – texto sobre sociedades secretas no período regencial



O texto da imagem anterior revela que, curiosamente no período regencial, o espírito da democracia não surgia espontaneamente através das manifestações populares, e sim nos Clubes e Sociedades Secretas. O autor citando Joaquim Nabuco fala também sobre os desapontamentos do que chamaram de experiência republicana durante a Regência, o que certamente contribuiu para reerguer a Monarquia através do implemento da maioria de D. Pedro II; e citando Euclides da Cunha, fala que o princípio monárquico salvara o país da anarquia e da violência.

No final do pequeno texto há a informação da existência de algumas sociedades secretas existentes no período regencial, tais como: Sociedade Patriótica no Pará, Sociedade Continentina no Rio Grande do Sul, Sociedade Dos Zelosos da Independência no Mato Grosso e da Cruzada da Liberdade em Pernambuco e São Paulo. Essas sociedades são citadas como sendo de segunda ordem. De certa forma, é possível inferir num primeiro momento que, a sociedade Cruzada da Liberdade assim como as demais mencionadas, realmente teriam sido consideradas de segunda ordem por não terem a expressão histórica que teve A Bucha e os Patriarcas Invisíveis.

Sociedades secretas, existentes ou não, no Brasil ou no mundo, despertam o fascínio de leitores. Portanto, cabe aos pesquisadores acadêmicos vasculharem arquivos e bibliotecas atrás de documentos capazes de trazer a luz a existência e a atuação dessas sociedades secretas, e assim, reescrever a história.

8. Considerações finais

As sociedades secretas mundo afora foram alvos de discriminação e preconceitos. Embora envolvidas em mistérios e desconfiança popular, nem todas as sociedades secretas possuem propósitos maléficos, a grande maioria tinha propósitos bem definidos. O universo fascinante das sociedades secretas desperta o fascínio de inúmeros leitores. O texto, ainda que sucintamente, respondeu à pergunta inicial ratificando a existência de sociedades secretas no século XIX no Brasil, em especial, entrelaçando a influência de maçons em seu surgimento.

Algumas sociedades secretas citadas no texto são conhecidas e mencionadas em livros, como por exemplo, o Clube da Resistência, o Clube da Maioridade, o Apostolado, a Liga Progressista, a Bucha e os Caifazes. A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis e a Sociedade Cruzada da Liberdade, praticamente desconhecidas no país, foram mencionadas pelo controverso Gustavo Barroso em meados do século XX, no entanto, suas afirmações não obtiveram o respaldo da historiografia nacional. Essas duas sociedades, segundo Gustavo Barroso, promoveram movimentos conspiratórios no século XIX.

O texto não tem pretensões de defender ou atacar Gustavo Barroso e outros historiadores que aceitam ou não a existência de sociedades secretas por detrás de movimentos e/ou revoluções no país; não cabe também através dessa pesquisa inicial esgotar o tema sobre a existência ou não no passado e na atualidade dessas sociedades. O resgate do Estatuto da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis em meio ao acervo, esquecido ou desconhecido, do Arquivo Nacional, certamente servirá de estímulo a novas pesquisas envolvendo essa misteriosa e fascinante temática.

9. Referências

- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. O ensino jurídico, a elite dos bacharéis e a Maçonaria do séc. XIX. 2005. 167 f. *Dissertação* (Mestrado em Direito) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. O espírito de 32. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 77, p. 383-392, jan. 1982.
- BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822). 2002. 374 f. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.
- _____. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- _____. *A Maçonaria e a ilustração brasileira*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul.- out. 1994.
- _____. *Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade*. O Ponto Dentro do Círculo, 2016. Disponível em: <https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2016/11/08/a-proclamacao-da-republica-e-a-maconaria-parte-ii/>. Acesso em: 29 out. 2017.
- BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In: *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- _____. Sociedade Carmelitana de Baependi. In: *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- _____. A Sentinela do Serro. In: *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.
- _____. O Patriarca Invisível de Maranguape. In: *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.
- _____. O iluminismo Bávaro no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1948. v. 9, p. 6.
- _____. *História secreta do Brasil: do descobrimento a abdicação de D. Pedro I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- BUENO, Jesus Flávio Panucci. "Patriarcas Invisíveis". *Bragança-Jornal Diário*. Disponível em: <http://bjd.com.br/site/colunistas.noticia.php?id_noticia=1702&id_blog=15>, acesso em: 09 dez. 2017.
- CARDOSO, José Roberto. *A Real Sociedade Inglesa e a Maçonaria. Livres Pensadores*. Disponível em: <<http://joseroberto735.blogspot.com.br/2013/04/a-real-sociedade-royal-society.html>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015.
- COSTA, Frederigo Guilherme. *"A TROLHA" na Universidade*. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 2001.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. Maçonaria e AntiMaçonaria: Uma análise da "História secreta do Brasil" de Gustavo Barroso. 2009. 167 f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. "Robert Boyle, o químico alquimista". Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/quimica/robert-boyle-quimico-alquimista.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- MARQUES, Adílio Jorge. *O Iluminismo no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Sapere, 2012.

_____. José Bonifácio de Andrada e Silva, Naturalista. Um lado desconhecido da historiografia brasileira. *Norte Ciências*. Belém, v. 02, n. 2, p. 59-70, 2011.

_____. As ciências nacionais e o naturalista e Irmão José Bonifácio de Andrada e Silva. *Revista Triplo V de Artes, Religiões e Ciências*. Fortaleza, v. 01, n. 4, 2010.

_____; Filgueiras, Carlos A. L. Uma Família de Químicos Unindo Brasil e Portugal. *Química nova na Escola*. São Paulo, v. 31, n. 4, nov. 2009.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

REZZUTTI, Paulo. Sociedades Secretas no Brasil: A BUCHA – De estudantes a donos do poder. *História Hoje.com*. Disponível em: <<http://historiahoje.com/sociedades-secretas-no-brasil-a-bucha-de-estudantes-a-donos-do-poder/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 29-44, v. 190, 1946.

ROAHNY, Lucas. A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial, 1860-1868. 2013. 109 f. *Monografia* (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "O golpe da maioria". *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-golpe-maioridade.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

STEVENSON, David. *As Origens da Maçonaria: O Século da Escócia (1590-1710)*. São Paulo: Madras, 2009.

_____; Filgueiras, Carlos A. L. Uma Família de Químicos Unindo Brasil e Portugal. *Química nova na Escola*. São Paulo, v. 31, n. 4, nov. 2009.

